



Médico em Trás-os-Montes e Alto Douro quer centros de saúde no interior

# As assimetrias na saúde, mais uma chega

Fernando Próspero

Todos nós reconhecemos que em muitas áreas, entre elas a saúde, o nosso país é assimétrico e não existe uma equidade nos cuidados de saúde prestados às populações em todas as regiões. As regiões do interior são claramente as mais desprotegidas e prejudicadas, não só pela sua localização e orografia, mas também pela dispersão populacional e acessibilidades. Não fossem estes motivos suficientes, para exacerbar ainda mais as diferenças criam-se centros de referência de várias patologias, quase todas no litoral, não se justificando claramente essas opções. Fala-se diariamente em prestar-se cuidados de excelência na abordagem terapêutica e uma melhoria das acessibilidades das populações a esses tratamentos, no entanto, alguém se esqueceu que os habitantes do interior do país (que no Norte serão mais de 1 milhão) terão de se deslocar para o litoral para terem acesso ao “melhor” tratamento, muitas vezes em condições de grande fragilidade física e psicológica, bem como para os respetivos familiares e acompanhantes.

Constata-se ainda que algumas das unidades de saúde escolhidas como centros de referência não apresentam todas as premissas para darem resposta a das patologias oncológicas. Não seria portanto mais justo, e sobretudo, economicamente mais favorável, melhorar a acessibilidade, conforto e segurança às populações, criando alguns centros no interior do país de forma a promover a diferenciação e a mobilização de profissionais para assim se atingir a excelência dos tratamentos destas patologias oncológicas e outras nestas regiões?

Como se isto não chegasse, no dia 17/4 um Despacho no DR emanado do Gabinete do secretário de Estado-adjunto e da Saúde — Despacho nº 5058-D/2016 veio aprofundar as assimetrias na saúde. No ponto 4 deste mesmo despacho é referido que: “Em situações excecionais devidamente fundamentadas, na salvaguarda do superior interesse do doente, e em que o recurso a uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) não comprometa a assistência pré-hospitalar diferenciada, designadamente por existirem alternativas na área, pode o transporte referido no nº 1 ser efetuado por uma VMER, por decisão

do CODU.” Todos os profissionais de saúde sabem que, infelizmente, as unidades de saúde com menos recursos, principalmente recursos humanos, são aquelas que mais necessitam de transferir doentes. Infelizmente, essas unidades estão localizadas no interior de Portugal e, portanto, nunca se poderão recorrer a um meio diferenciado, como a VMER. Efetivamente, no interior norte do país, na região de Trás-os-Montes, existem apenas três VMER: duas no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD) — em Vila Real e Chaves — e uma outra em Bragança, para uma enorme dispersão populacional, operando muitas vezes em situações de acessibilidades deficitárias (...). O CHTMAD, sendo o único centro hospitalar da região Norte com duas VMER e uma SIV e tendo grandes carências de recursos humanos diferenciados (dificultando assim a operacionalidade obrigatória também plasmada em despacho ministerial), nunca se poderá socorrer deste meio diferenciado para transportes secundários, contrariamente à região do litoral, que apesar de terem mais recursos diferenciados e necessitarem de transferir menos doentes, poderão utilizar estes meios (...)